

**Liberdade e Soberania Doméstica:
um estudo sobre o clero católico e o poder senhorial escravista.**

Robson Pedrosa Costa *

RESUMO: Este texto tem como objetivo discutir acerca das práticas senhoriais do clero na segunda metade do século XIX, assim como, os embates cotidianos com seus escravos. Seguiremos os rastros deixados por dois personagens que trazem importantes elementos para nossa discussão: o frei carmelita João do Amor Divino Mascarenhas e o escravo Ubaldo, que teria fugido no ano de 1870, utilizando-se das brechas deixadas pelas redes opressivas, levando seu senhor a uma caçada bastante reveladora do caráter senhorial compartilhado por tantos outros clérigos no Brasil.

Palavras-chave: poder senhorial, liberdade, clérigos e escravidão

RESUMÉ: Ce article souhaiterait discuter des pratiques seigneuriales du clergé pendant la seconde moitié du XIXe siècle, ainsi que le quotidien des affrontements des esclaves. Nous suivrons les traces laissées par les deux personnages qui apportent des éléments importants pour notre discussion: le moine carmélite João do Amor Divino Mascarenhas et l'esclave Ubaldo, qui fuit au cours de l'année 1870, et qui aurait utilisé les espaces laissés par le réseau d'oppression, en provoquant son seigneur à une chasse très révélateur du caractère seigneurial partagé par de nombreux autres religieux au Brésil.

Mots-clés: pouvoir seigneurial, liberté, religieux et esclavage

Introdução

A partir de 1850 as discussões acerca da “questão servil” se acirraram, e a Igreja Católica não podia ficar de fora deste debate. A exemplo disto, as principais Ordens Religiosas do Brasil (carmelitas, beneditinos e franciscanos) tomaram decisões que buscavam acompanhar os novos rumos direcionados pelo Estado Imperial, antecipando-se, muitas vezes, ao próprio governo, como a libertação do ventre, de escravos de certa idade ou mesmo de todas as suas posses, já na década de 1870. Mas, o discurso oficial destes grupos esbarrou nas práticas senhoriais construídas por seus membros desde os primeiros anos de colonização, que passaram a compartilhar as noções de “soberania doméstica” e “direito de propriedade” com os demais setores senhoriais.

Buscaremos, com isso, discutir acerca das práticas senhoriais do clero na segunda metade do século XIX, assim como, os embates cotidianos com seus escravos. Devido aos

Mestre em História pela UFPE e atualmente é Doutorando pela mesma instituição. Agência financiadora: FACEPE.

limites deste texto, seguiremos os rastros deixados por dois personagens que trazem importantes elementos para nossa discussão: o frei carmelita João do Amor Divino Mascarenhas e o escravo Ubaldo, que teria fugido no ano de 1870, utilizando-se das brechas deixadas pelas redes opressivas, levando seu senhor a uma caçada bastante reveladora do caráter senhorial compartilhado por tantos outros clérigos no Brasil.

Liberdade e Soberania Doméstica

O conceito de “soberania doméstica” refere-se ao poder de autonomia no qual os senhores de escravos, durante o período colonial em várias regiões do continente americano, construíram em suas práticas senhoriais, entrando em conflito com as autoridades e intelectuais que tentavam impor ou sugerir leis ou normas reguladoras sobre o tratamento dos cativos. Segundo Rafael Bivar de Marquese, “a administração das *plantations* escravistas foi encarada, até meados do século XVIII, como um assunto particular, que dizia respeito apenas ao proprietário rural”. O “governo dos escravos” manifestava-se através do princípio de “soberania doméstica” (MARQUESE, 2004:81), não aceitando a interferência de qualquer que fosse a instância de poder, fosse civil ou religiosa.¹

Apesar da insistência por parte de muitos religiosos, através de seus escritos, em publicar obras destinadas a normatizar as práticas senhoriais, outros tantos clérigos acabaram por se inserir no mundo dos proprietários de escravos. Com isso, a construção do princípio de “soberania doméstica” se estendeu também ao cotidiano dos clérigos, fossem eles regulares ou seculares. Estas práticas adentraram no Brasil Império, e esbarrou no discurso oficial da Igreja a partir da segunda metade do século XIX. Em torno da soberania doméstica ou direito de propriedade, senhores de escravos construíram diversos mecanismos para manter o poder moral e econômico que desde os primeiros séculos de colonização marcaram as práticas cotidianas do escravismo.

Para discutirmos tais conceitos e práticas, seguiremos a trajetória do frei João do Amor Divino Mascarenhas, prior do Convento do Carmo de Olinda. Em 1870, este frei anunciava no Diário de Pernambuco a fuga de seu escravo:

1 Para um maior aprofundamento do conceito de soberania doméstica, ver DEBBASH, Yvan. “Au coeur du ‘gouvernement des esclaves’ – la souveraineté domestique aux Antilles françaises, XVIIe-XVIIIe siècles”. *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*. LXXII, n. 266, 31-54, 1985.

Continua estar fugido o escravo Ubaldo, pertencente ao Convento do Carmo de Olinda, já anunciado neste Diário de 26, 27 e 28 do outubro último, e juntamente seus sinais, que agora tornar ser os mais notáveis. É claro, bonita figura, corpo seco e agigantado, pescoço e cara comprida, não tem barba, tem 24 anos de idade, fuma e costuma mascar, cabelos pretos e quase corridos, que os tem sempre grandes para esconder duas faltas que tem quase no alto da cabeça perpendicular da orelha direita, tem mais duas cicatrizes de úlceras na canela esquerda junto da entrada do pé, e sobre este tem mais uma costura de um talho, além de outros mais de iguais formas, em diversos lugares dos pés, ultimamente lhe falta o dedo mínimo do pé direito, e parte do esquerdo procedido de muitos bichos que tivera até a idade de 18 anos, e por isso consta andar calçado para não ser conhecido (Diário de Pernambuco, 14 de janeiro de 1870).

Este senhor parecia bastante empenhado na obtenção de informações do paradeiro do escravo, pois o anúncio por nós analisado pode ser considerado fora dos padrões da época, pelo tamanho e pela riqueza de detalhes sobre as estratégias do fujão, assim como, da ideologia senhorial em vigor. Sua persistência era tamanha, tanto que seu anúncio ocupou uma “seção” especial do jornal, denominado “A Pedido”, pelo caráter de importância que desejava destacar.

À primeira vista, a descrição do escravo não foge ao que encontramos em outros anúncios de fuga, com descrições físicas e até comportamentais do fugitivo (FREYRE, 1979). Apesar das inúmeras cicatrizes e outras tantas “faltas” que trazia, o cativo sabia muito bem da estratégia senhorial de dar detalhes que pudessem localizá-lo, como deixar o cabelo crescer, “para esconder duas faltas que tem quase no alto da cabeça perpendicular da orelha direita” e andar calçado, por lhe faltar “o dedo mínimo do pé direito, e parte do esquerdo procedido de muitos bichos que tivera até a idade de 18 anos”. A indignação do senhor é evidente em muitas partes do anúncio, revelando muito das redes de solidariedade na qual o cativo estava inserido:

Este escravo é nesta praça bem popular, e não deixa de ser protegido por quem quer que seja, consta andar homiziado, ora pelo bairro do Recife, ora pelos arrabaldes desta cidade, como pelos de Olinda, onde tem sido sempre encontrado, já trabalhando, já divertindo-se acompanhado de adjuntos, que provavelmente estejam preparados em sua defesa; e não deixa de ser esta a causa, pela qual não tem sido capturado o dito escravo. (Diário de Pernambuco, 14 de janeiro de 1870)

Tal anúncio também nos possibilita discutir sobre os caminhos percorridos pelos escravos em busca da liberdade. Com isso, percebemos que Ubaldo há muito havia construído suas próprias redes de sociabilidade fora do cativeiro, estabelecendo contatos e tecendo relações não apenas pela cidade de Olinda, mas também em outras localidades, inclusive no Recife. “Adjuntos” estavam a postos em “sua defesa”, e este seria um dos principais instrumentos utilizados em seu favor.

O prior relata ainda que o escravo teria trabalhado em várias obras tanto na cidade de Olinda, quanto no Recife e seus arrabaldes: “no tráfico de carvão de pedra, algodão, açúcar e no encaixotamento de certos armazéns”. O cativo parecia usufruir sozinho da renda alcançada com seu trabalho, sem entregar qualquer soma a um determinado senhor, como era a prática. Experiência importante no caminho da liberdade.

Em suas andanças, Ubaldo havia encontrado possíveis protetores e coiteiros que lhe deram subsídios na sua empreitada, prática esta muito comum entre os escravos que buscavam ficar o maior tempo ausentes de seu cativo (GOMES, 2006). O frei João do Amor Divino acusava dois comerciantes no acoitamento de seu escravo, incluindo um ex-senhor de Ubaldo, que fora obrigado a devolvê-lo ao Carmo de Olinda após uma disputa judicial em 1863.

O prior havia se envolvido em inúmeros conflitos desde que ocupou o cargo de prior do Convento, travando uma guerra pessoal contra os “dilapidadores” enviados pela Casa Capitular da Bahia, da qual seria subordinado, disputando com as autoridades maiores os espólios do Carmo. Teria sido preso pelo menos duas vezes e, na “última”, por motivos decorrentes de *embriagueis, distúrbios e por insultar o subdelegado*.²

Mas, evidentemente, isso não invalida a caçada em prol de seus direitos sobre a posse do escravo em questão. O frei nos dá uma importante pista acerca do possível objetivo traçado por Ubaldo em sua longa jornada: o restabelecimento de laços familiares. Muitas, evidentemente, poderiam ser as possibilidades de interpretação da fuga de nosso escravo, desde uma simples escapadela sem grandes pretensões, até uma tentativa de ruptura com o cativo. Contudo, devemos considerar que “pode-se supor com segurança, que muita fuga permanente deve ter começado em escapadelas menos pretensiosas”. Segundo Marcus Carvalho, “aprendia-se muita coisa nessas experiências de liberdade, mesmo quando duravam pouco” (CARVALHO, 2001: 239). Para visitar ou mesmo reconstituir laços que foram rachados pelos caminhos tortuosos de uma vida em cativo, Ubaldo poderia ter tomado o seguinte destino, como nos relata o frei “senhor”:

[...] E é de supor terem ido acoitar-se em casa de uma tia e madrinha do escravo de nome Filippa, conhecida por Filippinha, hoje moradora em terras do engenho Velho de Jaboatão, ou no engenho de Camassary, onde também o escravo tem mãe e mais parentes [...], é de crer que eles se entretendam ai até depois da festa próxima de Jaboatão .(Diário de Pernambuco, 14 de janeiro de 1870)

2 Série: Casa de Detenção do Recife (CDR), 1863-1868. APEJE. Localização: 20-H.

O engenho Camassari foi fundado pelos carmelitas em 1664, no atual município de Jaboatão. No começo do século XIX, o viajante inglês Henry Koster conheceu tal engenho, relatando que este se encontrava “em grande ordem”:

[...] os escravos e o gado estão em situação ótima, e tudo parece com um aspecto promissor mas seria mais produtivo se a vigilância aos trabalhadores fosse mais contínua. [...] A diferença é notável entre os engenhos que pertencem aos conventos e que são da posse de particulares que aí residem, e que têm um interesse direto em todos os menores aumentos e diminuições de ganhos (KOSTER, 2002: 398).

E em 1849, “o engenho estava convenientemente montado, com 39 escravos de serviço, tendo além dos edifícios próprios da fábrica, casa de vivenda, capela, senzala, estribaria, casa de farinha com dois fornos, oficinas de ferreiro e de caixas para açúcar, e dois grandes açudes” (COSTA, 1976: 108). Mesmo apresentando bom funcionamento, o engenho foi vendido em 1850, em circunstâncias duvidosas. O importante é percebermos a possibilidade de existir uma rede de solidariedade bem consolidada entre os escravos do Camassari, incluindo o próprio Ubaldo. Este poderia ter nascido no engenho, mas separado de sua mãe na época da venda em 1850 ou mesmo depois.

Tudo isso demonstra a importância das redes de solidariedade, mesmo quando ocorriam rupturas ou ampliavam-se as malhas em direção a outras localidades, compondo alianças mais distantes, mas não menos sólidas. Ao sair de Olinda, passando por diversos caminhos irregulares e perigosos, poderia ter ido ao encontro de parentes que viviam no ponto extremo do Recife, “divertindo-se” e “trabalhando”, contrariando os interesses daqueles que detinham o poder de posse. Marcus Carvalho afirma que muitas fugas tinham como objetivo visitar familiares e amigos, e que “às vezes tinham até data marcada, geralmente feriados e dias santos. Fugas assim aconteciam em tudo quanto é lugar onde houve escravidão, inclusive na Antiguidade. [...] E só as circunstâncias de cada caso poderiam definir o futuro do fugitivo”. Contudo, podemos afirmar que “eram os laços entre escravos, morando em lugares diferentes, que atraíam e possibilitavam isso acontecer” (CARVALHO, 2001: 239).

Considerações Finais

Logo de início, nos chamou a atenção a perspicácia de um clérigo em recuperar com tamanha “devoção” um escravo fugido, nos mesmos moldes que observamos senhores leigos na defesa de seus direitos de propriedade. Ou até mais persistente. Não que fosse incomum a posse de cativos por integrantes da Igreja, mas no mínimo contraditório ao discurso emancipacionista em que a instituição apresentara desde pelo menos a Lei de 1831, que abolia

o tráfico de escravos para o Brasil. Muitas ordens – a exemplo dos beneditinos, franciscanos e carmelitas –, principalmente a partir de 1871, foram libertando seus escravos na tentativa de defender seus próprios interesses nessa nova fase de transformações. O difícil, na verdade, foi convencer os clérigos a abrirem mão de seus “bens” humanos (BEOZZO, 1985; HOORNAERT, 1992).

Em relação a nosso frei, não conseguiu vencer os mandos e desmandos da Casa Capitular da Bahia, já que “segundo ordens superiores foi deposto do cargo de prior do Convento de Olinda em agosto de 1870, por insubordinação e desatinos com a sua irregularidade de vida” (PIO, 1994: v. II, 549-550). Vida “irregular” e de conduta “duvidosa”, as acusações chegavam até a afirmação de que viveria em “escandaloso concubinato na cidade do Recife” (FREYRE, 1944: 113).

Depois de muita pressão, o prior saiu do Convento, selando, talvez, o destino de nosso escravo. Isso porque, O último prior do Convento do Carmo, frei Inocência do Monte Carmelo Sena, regressou a Bahia em agosto de 1871, entregando o que restava dos bens do Carmo, juntamente com o Convento, à administração da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos da Graça. Ao embarcar para a Bahia, levou consigo o “único escravo que restava” (FREYRE, 1944: 112). Ao que parece, a caçada havia chegado ao “fim”. A trajetória de Ubaldo termina assim, de forma *inconclusa*, revelando, talvez, que a ausência de informações sobre seu destino “final” permanecesse também um mistério para as autoridades da época. Não sabemos se alcançou seus objetivos, mas o contrário também não foi revelado.

O mais importante para nós é perceber como trajetórias de vida moldaram de formas tão diferentes o cotidiano do cativo, entre tensões, conflitos, frustrações e violência diária. Mas também, entre amores, momentos de distração, construção e reconstrução de laços de solidariedade; entre as tramas que envolviam a complexa e eterna luta “para tornar a vida tolerável e para vivê-la com o máximo possível de alegria” (GENOVESE, 1988: 477).

Referências Bibliográficas

BEOZZO, José Oscar (Coord.). *História da Igreja na América Latina: ensaio de interpretação a partir do povo*. Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Tomo II/2. Petrópolis: Vozes, 1985.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

COSTA, F. A. Pereira da. *A Ordem Carmelita em Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1976.

DEBBASH, Yvan. “Au coeur du ‘gouvernement des esclaves’ – la souveraineté domestique aux Antilles françaises, XVIIe-XVIIIe siècles”. *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*. LXXII, n. 266, 31-54, 1985.

FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

_____. *Olinda: 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944.

GENOVESE, Eugene D. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GOMES, Flavio dos Santos. Jogando a Rede, Revendo as Malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1.

Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg1-5.pdf>

Acesso em: novembro de 2006.

HOORNAERT, Eduardo (Coord.). *História da Igreja na América Latina: ensaio de interpretação a partir do povo*. Segunda Época. A Igreja no Brasil no Século XIX. Tomo II/1. Petrópolis: Vozes, 1992.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Massangana, 2002.

PIO, Fernando. *Apontamentos Biográficos do Clero Pernambucano (1535-1935)*. Recife: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, 1994. V. II.